

EM BUSCA DAS VIRTUDES PRIMORDIAIS DO «ESTADO APOSTÓLICO»: OS FUNDADORES LÓIOS NAS «MEMÓRIAS» DE PAULO DE PORTALEGRE (+1510)

1. Não são suficientemente conhecidas a vida e a obra de Paulo de Portalegre, cónego secular da Congregação de S. João Evangelista que foi confessor de D. Fernando II (o malogrado Duque de Bragança degolado em Évora, na praça do Geraldo, a 20 de Junho de 1483, sob acusação de traição e conspiração contra D. João II), mas, curiosamente, personalidade de religioso não menos prezada do *Príncipe Perfeito*, que baldadamente o terá mesmo querido fazer bispo de Lamego¹.

Por via impressa, Jorge Cardoso, no *Agiológico Lusitano*², e Francisco de Santa Maria, na crónica da Congregação de S. João Evangelista³, terão constituído o principal meio de informação relativamente à vida e obra deste ilustre cónego lóio, embora outros autores «celebrem o seu nome», conforme anotação do extenso e seguro verbete que lhe consagra o erudito Abade de Sever, onde se oferecem algumas pistas de exploração bibliográfica ao leitor mais curioso.

Em forma de manuscrito, é Jorge de S. Paulo o melhor informador sobre a vida e obra deste seu antecessor e irmão de hábito, numa importante obra

¹ Cf. Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, t. III, Lisboa, of. de Inácio Rodrigues, 1752, pp. 530-531.

² *Agiológico Lusitano dos sanctos e varões illustres em virtude do reyno de Portugal e suas conquistas*, t. I, Lisboa, of. Craesbeeckiana, 1652, p. 124. Vindo a Doutora Maria de Lurdes Correia Fernandes a dirigir uma particular atenção à obra e perfil intelectual de Jorge Cardoso, ficou-lhe a Cultura Portuguesa recentemente devedora da iniciativa de reedição dos quatro tomos do *Agiologio*, a que se acrescentou um quinto, com riquíssimo *Estudo e Índices*, da sua autoria (ed. da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002).

³ *O Ceo Aberto na Terra*, Lisboa, of. de Manuel Lopes Ferreira, 1697, pp. 846-865.

memorialística, grande maioria autógrafa, concluída em 1658, e por si oferecida à livraria do Convento de Vilar de Frades, onde havia desempenhado funções de lente de véspera de teologia especulativa⁴. Essa obra, que hoje se conserva na Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga⁵, é manifesta e assumidamente a principal fonte informativa de Francisco de Santa Maria na referida crónica impressa dos lóios.

Com efeito, verdadeiramente, *O Ceo Aberto na Terra* é apenas um ponto de chegada. Paulo de Portalegre é precisamente o primeiro elo dessa cadeia da tradição memorialística da Congregação de S. João Evangelista. Ao indicar as fontes por si usadas, vemos Francisco de Santa Maria declarar peremptoriamente que Paulo de Portalegre foi quem primeiro ordenou as «memórias» da congregação; João de Santo Estevão «prosseguiu as memórias do Padre Paulo»⁶, no decurso do século XVI seguiu-se-lhe o lóio portuense Miguel da Cruz, levando-as, «em estilo humilde mas verdadeiro», até ao ano de 1600⁷, e, finalmente, Jorge de S. Paulo, que «com grande trabalho» - acrescenta Francisco de Santa Maria - «ajuntou as memorias antigas e modernas», mas «sem ordem e sem estilo», ou seja entretecendo-as numa forma pouco atractiva a quem, como ele, cultivava o polimento literário, sendo então cronista encartado da congregação, teólogo e pregador consagrado, aplaudido nas capelas reais de D. Pedro II e sua irmã, D. Catarina, rainha da Grã-Bretanha⁸.

⁴ Cf. Pedro Vilas Boas TAVARES, *Jorge de S. Paulo (C. S. J. E.) e o seu Epilogo e Compêndio de Memórias. Traços de um padrão contra o esquecimento*, in AA. VV., *Quando os frades faziam história. De Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcellos* (dir. de José Adriano de Freitas CARVALHO), Porto, 2001, pp. 123-141.

⁵ Trata-se do Ms. 924 (772 pp. de 34,5 x 23cm), intitulado *Epilogo e Compêndio da origem da congregação de Sam Joam Evangelista e do nascimento, vida e morte dos seus tres fundadores. Da fundação dos seus nove conventos, das suas Rendas, encargos e Prelados, e dos onze Hospitais da sua administração e de outras memorias*, Lisboa, 1658, fonte de referência frequente nos nossos trabalhos e cuja publicação integral temos para breve.

⁶ Essas *Memorias Historicas da Congregação*, da autoria do Padre João de Santo Estevão, teriam sido compostas no ano de 1496. Embora inclinando-se para esta data, sustentada num informe do cap. 42 do livro I da crónica impressa de Francisco de Santa Maria, Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, t. II, Lisboa, of. de Inácio Rodrigues, p. 652, não oculta que Frei Francisco Brandão, na *Monarquia Lusitana* lhe atribui outra data de composição: 1517. De facto, parece-nos haver fundamento para considerarmos muito provável que João de Santo Estevão tenha prolongado o seu labor de memorialista até esta última data ou perto dela.

⁷ Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, t. III cit., p. 472, extrai esta informação cronológica do *Agiolégio Lusitano*, garantindo-nos outrossim que este trabalho de Miguel da Cruz se intitulava *Tratado dos Varões illustres da Congregação de S. João Evangelista*. No tempo de Francisco de Santa Maria, do que escrevera, faltava «grande parte, cõ grande sentimento nosso por ser perda sem remedio»...

⁸ Cf. Manuel da Cunha Andrade e SOUSA, *Elogio Encomiastico da vida e açoens, letras e caracter do Reverendissimo Padre Mestre Francisco de Santa Maria*, Lisboa, António Isidoro da Fonseca, 1739.

De qualquer maneira, reconhecia honradamente o Padre Francisco de Santa Maria que «se não fora pela curiosidade e desvelo» de Jorge de S. Paulo, nem ele nem ninguém teria podido fazer imprimir a crónica da congregação⁹. Agregando-lhe dados novos, testemunhados ou mais próximos ao seu próprio presente, cada autor foi retransmitindo os relatos memorialísticos recebidos do passado consoante a sua melhor ou pior capacidade de composição, sendo que, como é sabido, a recepção deste tipo de textos era então entendida não como um processo estático, mas como trabalho aberto à reelaboração¹⁰.

Este trabalho memorialístico, destinado antes de mais aos que habitavam o interior das casas da congregação, permitia o estabelecimento de um quadro informativo geral dos fastos da instituição, justificativo de formas de identidade, padrões de conduta, direitos e privilégios. Esses relatos respondiam a uma natural e piedosa curiosidade dos religiosos e permitia-lhes momentos de deleite quando os ouviam ler em momentos de pausa e colação na vida da comunidade. Ao mesmo tempo procuravam edificar moral e espiritualmente e, como tal, norteavam-se por fins hagiográficos. Como é notório, na tradição medieval e num quadro monástico de vida, muito ténues eram as fronteiras entre hagiografia e história, agrupando-se até, frequentemente, os relatos hagiográficos e cronísticos na mesma secção de uma dada biblioteca¹¹. Não admira pois que na personalidade e actividade de um mesmo letrado, na sua escrita corrente, coexistam e se mesclem estas duas dimensões... É o que claramente ocorre com Paulo de Portalegre, simultâneamente hagiógrafo e primeiro memorialista lóio¹².

2. Este cónego de S. João Evangelista, nascido em Portalegre em 1430 e falecido no Convento de Santo Elói de Lisboa em 1510, com mais de sessenta anos de religião, apesar de estrela de primeira grandeza no firmamento do seu instituto religioso (basta lembrar o desempenho por três vezes do generalato, de várias outras prelações no seio da ordem, bem como de delicadíssimas missões dentro e fora do Reino), apesar dos relevantes papéis por si desempenhados junto da corte régia e

⁹ *O Ceo Aberto na Terra*, Prólogo, p. 4.

¹⁰ Cf. Isabel Barros DIAS, *Modelos heróicos num fluir impuro*, in AA. VV., *O género do texto medieval*, coord. de Cristina Almeida RIBEIRO e Margarida MADUREIRA, Lisboa, 1997, 105-112.

¹¹ Cf. Bernard GUENÉE, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, Paris, 1980, pp. 52-55.

¹² Cf. Pedro Vilas Boas TAVARES, *Paulo de Portalegre, hagiógrafo e primeiro memorialista lóio*, in AA. VV., *Literatura y Cristiandad*, Homenaje al Prof. Jesús Montoya, Universidade de Granada, 2001, pp. 235-239.

da corte ducal de Bragança, só agora começa a ser estudado. E é-o como «um autor ignorado», embora tivesse gozado de fama de «douto» junto de D. Jorge da Costa, cardeal Alpedrinha, e vários testemunhos o façam passar por «um dos homens eruditos do final do século XV»¹³. É conhecido como autor de um *Flos Sanctorum* em quatro tomos grandes, cada um compreendendo três meses do ano, obra consultada por Jorge Cardoso, e que, escrita da sua mão, se conservava em 1658 no convento do Porto¹⁴. Todavia, já nesta data lamentava Jorge de S. Paulo que os seus outros livros e tratados, compostos «pera proveito espiritual das almas» se tivessem perdido, para grande mágoa da sua congregação... e empobrecimento decisivo dos nossos conhecimentos.

Não surpreende, por tudo isto, que este autor seja agora sobretudo perspectivado como hagiógrafo e no contexto da recepção da hagiografia no século XV. E, apesar de não ter chegado também até nós o texto do seu *Flos Sanctorum*, estuda-se hoje, felizmente, o possível conteúdo desta compilação e a sua importância sobre o texto de outras congéneres, particularmente da que foi impressa em Lisboa em 1513¹⁵. Claro que Paulo de Portalegre é o primeiro lóio conhecido a ocupar-se da história da congregação, numa obra que intitulou *Novo Memorial do Estado Apostólico*, mas mesmo nela é - naturalmente - o hagiógrafo quem escreve sobre os primórdios, os santos varões reformadores «do estado apostólico» que deram um primeiro rosto à sua ordem, em Itália e em Portugal¹⁶. Além de um *Itinerário*, composto no termo da peregrinação que fez à Terra Santa, Paulo de Portalegre, escreveu ainda uma *Carta a hum religioso tratando da morte do Duque D. Fernando II* e um *Breve Tratado* sobre esta mesma matéria, desta feita dirigido à duquesa viúva, D. Isabel, as duas únicas obras integralmente conservadas e publicadas por António Caetano de Sousa, textos estes que foram recentemente analisados com sagacidade, e revelaram, uma outra vez, o pendor da escrita do Padre Paulo: o autor lóio transformou a dignidade do Duque em santidade, «construindo-lhe um perfil

¹³ Cristina SOBRAL, *Um autor ignorado e a recepção da hagiografia no século XV*, in AA. VV., *O género do texto medieval*, coord. de Cristina Almeida RIBEIRO e Margarida MADUREIRA, Lisboa, 1997, pp. 271-272.

¹⁴ Jorge de S. PAULO, *Epilogo e Compendio...*supracitado, p. 739.

¹⁵ Cristina SOBRAL, *Um autor ignorado e a recepção da hagiografia no século XV*, art. cit., pp. 271-272. Aguardamos oportunidade de apreciar a dissertação de doutoramento que aqui se anuncia.

¹⁶ Sobre os principais factos e avatares relativos ao instituto de S. Jorge de Alga em Portugal, permitimo-nos remeter para a síntese que elaboramos intitulada *Para uma revisitação dos cónegos lóios*, Porto, 1999, 24 pp.

hagiográfico progressivamente mais nítido e recorrendo a um tema e ao estilo da literatura didáctica para explicar um acontecimento político»¹⁷.

Pudemos afirmar o que afirmamos sobre o *Novo Memorial do Estado Apostólico*, porque - afinal, ao contrário do que se julgava - esta obra não estava completamente perdida. Encontramos treslado incompleto e truncado da mesma numa miscelânea do Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁸, em boa letra, das duas primeiras décadas de seiscentos, treslado esse de onde Jorge de S. Paulo terá extraído as abundantes citações do texto do Padre Paulo de Portalegre que transcreve na sua própria crónica manuscrita. De resto, numa primeira leitura, tivemos logo oportunidade de confirmar e precisar o teor dos informes veiculados por Diogo Barbosa Machado: esta obra foi efectivamente principiada pelo seu autor em 15 de Agosto de 1468, em Vilar de Frades, por ordem do reitor desta casa, João da Nazaré (declara-o o próprio Paulo de Portalegre no prólogo), mas só foi concluída depois da morte do cónego secular ordenante, ocorrida a 27 de Fevereiro de 1478, pois no cap. 11 da segunda parte (fl. 86) o autor refere-se já ao descanso eterno da alma daquele padre, lamentando sentir-se, da sua parte, como «ovelha sem pastor». Regressando à reitoria de Vilar nos anos de 1480 e de 1485 a 1487¹⁹, teria tido então ocasião de concluir a obra...

A verdade é que havia bastante tempo nos sentíamos impulsionados a procurar as «memórias» perdidas do Padre Paulo, sabendo-as nunca totalmente perdidas, porque incorporadas através de informes sintéticos ou longas e fiéis citações no texto de cronistas posteriores. Concretamente, a avaliar pelas passagens do *Novo Memorial* extractadas no *Epilogo e Compêndio* de Jorge de S. Paulo²⁰, percebia-se que as mais antigas «memórias» relativas aos primeiros cónegos azuis estavam, como era de esperar, profundamente marcadas por óbvios objectivos de leitura edificante. Só que esse facto não diminuía o nosso interesse: na sua longa e rica experiência de vida, o memorialista-hagiógrafo tinha assistido a momentos cruciais na coagulação da identidade da nóvel congregação e nos quais se jogara o futuro dos lóios; por outro lado, no seio do seu instituto, ainda pudera conviver com alguns

¹⁷ Cristina SOBRAL, *Um autor ignorado e a recepção da hagiografia no século XV*, art. cit., pp. 272-281.

¹⁸ Misc. Ms. n.º 1083. A partir desta lição, para já a única disponível, organizamos neste momento uma edição do que subsiste do *Novo Memorial do Estado Apostólico*. Doravante remeteremos para este ms., indicando apenas as duas primeiras palavras deste título e respectiva foliação.

¹⁹ Cf. Jorge de S. PAULO, *Epilogo e Compêndio...*, p. 369.

²⁰ As próprias anotações marginais, selectivas, apostas neste treslado - até a letra delas -, além das próprias extensões de texto transcrito no *Epilogo e Compêndio*, remetem para a directa mão de Jorge de S. Paulo.

padres da época fundacional, num momento em que permanecia, impressivo e forte na sociedade, o primeiro impacto reformador dos primitivos «homens bons de Vilar».

3. A história tinha e teria sempre um papel incontornável dentro da congregação. Como é natural, mesmo ultrapassado o umbral de meados do século XVIII, em Vilar, como nas outras casas da congregação, no refeitório, estará um exemplar da crónica impressa, para ser lida²¹.

No livro dos *Estatutos e Constituições* dos lóios, de leitura obrigatória nos capítulos penitenciais de sexta-feira²², livro esse que seria impresso em Lisboa, por Germão Galharde, em 1540, depois do prólogo inicial, há uma peça distinta, correspondendo aos onze primeiros capítulos do volume, de carácter histórico, sobre o «fundamento» da congregação. Destinava-se a, edificando, ensinar aos mais novos ou a rememorar aos mais velhos dos cônegos lóios as origens do instituto, em Alga de Veneza, o nome e virtudes dos fundadores «por quem primeiramente em estas partes de Portugal» aquele «modo e ordem de viver» havia tido «começo», e as vicissitudes centrais que os haviam conduzido de vários lugares e experiências, às casas de Vilar de Frades (Barcelos) e Xabregas (Lisboa), respectivamente a primeira e a «nova cabeça» da ordem dos «azuis».

Sabendo-se pelas *Constituições* (cap. 39) que no refeitório, à segunda refeição, se liam, em linguagem, as «Lendas dos Santos», o «Vita Christi», a «Vida dos Padres Santos», o «livro de nosso Padre Lourenço Justiniano» (e não entrariam aqui leituras do *Flos Sanctorum* e de reclamadas traduções de Paulo de Portalegre?), além do «mais que parece[sse] bem ao Reitor», é de supor que também nesta ocasião, e em outros momentos de colação, se lesse o texto desses referidos onze primeiros capítulos, versando sobre o «fundamento» da congregação. São com efeito numerosas as marcas evidenciando ser este um texto concebido para leitura regular aos religiosos. Assim, cada figura de fundador evocado, permite a expansão de exortações aos ouvintes, no sentido de imitarem as respectivas virtudes evangélicas.

²¹ Arquivo Distrital de Braga, FMC, Vilar de Frades, *Livro de Inventario Geral mamdado fazer pelo Reitor no anno de 1758*, fl. 6. Além de *O Ceo Aberto*, o termo assinala: «O Livro do refeitório; dous tomos da biblia; dous tomos novos de flos sanctorum, e outro velho, e outro em castilhan; hum Agiologio Lusitano; dous tomos de Estoria de Braga; hum tomo dos Arcebispos de Lisboa; Oratorio de Religiosos; o leccional».

²² Pedro Vilas Boas TAVARES, *Legislação capitular da Congregação de S. João Evangelista (séculos XV- XVI)*, in AA.VV., *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 459. Como previsto nas *Constituições*, cap. 45, nestes capítulos semanais de sexta-feira, realizados em cada uma das casas, o reitor lia um capítulo das *Constituições*, e fazia um «breve fallamento sobre a guarda dellas, e das ceremonias, e de quaisquer outras cousas de proveito da Comunidade».

Naturalmente que, em toda esta narrativa breve dos primeiros tempos da congregação «azul», de forma muito mais vincada até do que nos relatos correspondentes do *Novo Memorial*, algo extensos e pormenorizados, se vão habilmente transfigurando idealmente ou até elidindo episódios menos exemplares ou edificantes da respectiva história. Entre outros exemplos, isso vemos acontecer na forma como se ilustram as terríveis lutas e questões jurisdicionais do arcebispo D. Fernando da Guerra com os lóios de Vilar²³, apresentadas sumariamente como trinta anos de «cruéis torvações» e «vexações» lançadas sobre aqueles religiosos pelo «inimigo da linhagem humanal», o Demónio...

Quem teria sido o autor destes capítulos relativos aos primórdios dos Lóios? Procuravamos sabê-lo ainda antes de termos lido o texto subsistente do *Novo Memorial*, e um dado se nos impunha: teria de ser alguém que ainda conhecera, pessoalmente, o Padre João de Nazaré, reitor de Vilar, de cuja aparência física dizia ainda recordar-se, dos tempos da sua «mocidade», e uma pessoa que fizera a sua recolha de dados sobre os fundadores junto a alguém a eles directamente ligado²⁴. Como o Padre Paulo de Portalegre, contando já vinte e dois anos de religião, sucedeu na reitoria de Vilar, de 1472 a 1477, a João da Nazaré, aí reitor de 1460 a 1471, a saudosa evocação aludida teria de ser de alguém algo posterior. Assim, de acordo com a sucessão “oficial” dos memorialistas da congregação, é provável que o texto do «fundamento» (referidos capítulos *i* a *xj* do volume dos *Estatutos e Constituições*) seja da autoria de João de Santo Estevão, que foi reitor da casa do Porto de 1514 a 1515, e tenha sido escrito no ano de 1517, ou até nos primeiros anos da década de vinte de quinhentos, mas não em 1496, porque, a fazer fé numa anotação inserida no referido traslado do Padre Paulo de Portalegre (fl.105), contrariamente ao indicado pelo Abade de Sever, João de Santo Estevão recebeu mandato de continuar as «memórias» da congregação do Padre Diogo de Santa Maria, que apenas subiu ao generalato em 1520.

De qualquer modo, diante desta peça, inserida no volume dos *Estatutos e Constituições*, qualquer pessoa minimamente atenta desconfiará que, por trás dela, se perfila o vulto de Paulo de Portalegre, transformado, pela sua idade, funções e autoridade, no grande veiculador de informes relativos aos primórdios dos «azuis», informes esses responsáveis pela representação histórica futura que a Congregação de S. João Evangelista terá e dará de si própria.

²³ Cf. José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, 1988, pp. 861-868.

²⁴ Cf. *Estatutos e Constituições*, Lisboa, of. de Simão Tadeu Ferreira, 1804, pp. 18 e 21.

4. Não vamos, aqui e agora, fazer de novo a evocação dos factos essenciais e seguros relativos às hesitações, dúvidas e ameaças - mas também ao prestígio desfrutado - pelos homens através dos quais deu os primeiros passos a novel congregação²⁵. Não acrescentaremos tão-pouco mais alguma coisa a bem fundadas revisões interpretativas - já publicadas - relativas ao significado reformador da afirmação desta nova ordem em Portugal²⁶. Limitar-nos-emos agora a rastrear no traslado disponível do *Novo Memorial* dados que eventualmente reforcem essas deduções, outrossim destacando novas indicações sobre a forma como Paulo de Portalegre se viu enquanto protagonista, testemunho e transmissor das memórias primigénias da sua congregação. E dizemos protagonista porque, não apenas o aro biográfico o faz ainda contactar com alguns dos «primeiros padres» ou «padres antigos», como ele próprio relatou a sua participação em alguns difíceis diferendos em que se jogou - ainda - o futuro da congregação, como foi o caso na aproximação entre os desavindos duque de Bragança D. Afonso, protector dos Lóios de Vilar, e o tenaz arcebispo D. Fernando da Guerra, aproximação essa partir da qual se iniciou novo *modus vivendi* dos «azuis» barcelenses e um virar de página no figurino institucional da ordem, cuja cabeça passaria doravante para Lisboa. Essa “diplomacia”, conta ele, chegou a fazê-lo ir a Chaves cinco vezes em dois meses, levando e trazendo cartas e conferenciando com o Duque²⁷.

Deve começar por reconhecer-se que, a par de uma avassaladora toada didáctica e hagiográfica (a forma como se interpreta e apresenta a história), o *Novo Memorial* nos permite o controlo de importantes dados informativos factuais, alguns deles ainda inexplorados pelo desinteresse selectivo dos cronistas que posteriormente se serviram desta fonte²⁸.

Quanto ao pequeno prólogo da obra, ele não sai dos cânones do género. Não falta o tópico da modéstia afectada, mas também o da verdade. O autor declara limitar-se a obedecer ao mandato de um seu superior - João de Nazaré - mas, sinal certamente do particular afecto nutrido por esse irmão de hábito e do desejo de

²⁵ Cf. Pedro Vilas Boas TAVARES, *Lóios*, in Dicionário de História Religiosa de Portugal (dir. de Carlos Moreira AZEVEDO), Vol. III, Lisboa, 2000, pp. 149-157.

²⁶ Cf. José Adriano de Freitas CARVALHO, *A Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites*, in Actas del Congreso Internacional de Historia «El Tratado de Tordesillas y su Época», Vol. II, Salamanca, 1995, pp. 635-660.

²⁷ *Novo Memorial*, fl. 95v.º

²⁸ Nalguns casos, o critério epocal de interesse foi fatal para os nossos conhecimentos. Assim, antes de transcrever o cap. 7.º da segunda parte da obra, o copista saltou adiante quatro capítulos, relativos a «huã peste grande que ouve em lisboa e dos que nella morrerão em S. Eloy», por «não terem couza notavel» -*Novo Memorial*, fl. 51r.º

tornar mais viva a leitura do seu texto, previne-nos que, de quando em vez, interpelará nominalmente esse padre, efectivamente compondo numerosas exclamações e excursos reflexivos a ele dirigidos. Já em relação à fidedignidade dos factos relatados, Paulo de Portalegre exara: «Rogo aos que isto lerem que não pensem eu aqui poer couza de que não for certo por vista ou per testemunho de verdadeiras pessoas». Mais do que uma vez, ao longo da obra, referirá factos de que foi «bem sabedor», deles frisando outrossim ou conhecimento directo ou testemunhos seguros. Esta ideia de honestidade e fiabilidade quis transmitir de novo na forma como introduz a segunda parte da obra (fl.35): «Comesa a 2.^a parte deste tratado das couzas que acõteserão aos Irmãos e a mestre Joane [Vicente], e do mais que eu Autor vii, e de pessoas dignas de fee aprendi».

Em relação aos três fundadores principais e “oficiais” da congregação - o físico régio e mestre em artes e medicina João Vicente (futuro bispo de Lamego e Viseu), o teólogo e pregador Martim Lourenço e o nobre doutor *in utroque* Afonso Nogueira (futuro bispo de Coimbra e arcebispo de Lisboa), bem como aos efectivos do núcleo lisboeta inicial de cerca de 1420 (Lourenço e Joane Anes, Rodrigo Amado, Martim Alho, o Padre João Rodrigues, ...), desejosos de ressuscitar e cristianismo da primitiva Igreja e «o modo de viver dos apóstolos», numa nova fórmula institucional, o principal encanto deste texto é justamente a sua proximidade vivencial e testemunhal. E, talvez porque deseja acentuar o factor providencial, o autor, com sinceridade, patenteia-nos as hesitações, dúvidas e defecções de gente - afinal - muito de “carne e osso”...

Um dia, lemos no *Novo Memorial*, estavam os homens daquele grupo «tíbios em a execução da obra», alguns já «abonados das temporalidades», e, desanimado, João Vicente resolveu ir meter-se em S. Domingos de Benfica, casa observante à qual se sentia atraído. Foi então a vez do seu companheiro Lourenço Anes, prior da igreja de S. Julião, o dissuadir - «O mestre Joane, e que he isto que dizes? (...) Não vedes como o mundo he todo cheo de religiosos?» - e inculcou-lhe que outro era o caminho que Deus queria deles²⁹. Homens de apostolado e acção, simultâneamente atraídos pela vida retirada, contemplativa e penitente, as escolhas far-se-iam ao sabor das oportunidades práticas, e da própria experiência vivida, num caminho feito ao andar...

Depois de várias vicissitudes, nem só a “tentação” do eremitismo ficaria definitivamente para trás. Alguns companheiros desertaram também - de vez - desta “aventura”, como Martim Alho, que foi estudar para Oxford e, no momento em

²⁹ *Novo Memorial*, fl. 23v.º

que Paulo de Portalegre escrevia, vivia ainda, «arcediogo na Igreja de Lisboa». De modo que, para tudo recomeçar - desta feita em Vilar de Frades - João Vicente encontrar-se-ia só: «E assi, Padre Joane [da Nazaré], ves como o bom comessador mestre Joane ficou soo em meio do campo? Bemaventurado barão e muito de louvar, que tornando-se ou fugindo todos os outros dali, elle soo foi cõ a ajuda de Deos avante!»³⁰.

Por Vilar de Frades passaria, depois do seu regresso definitivo de Itália, Afonso Nogueira, propugnador da adopção do hábito e das constituições de S. Jorge de Alga, cuja bula papal alcançara. Aqui «achou mestre Joane, Martim Lourenço e João Rodrigues cõ alguns outros». Aqueles três, comenta Paulo de Portalegre, «forão as três colunas de nosso estado, que permanecerão ata fim». João Rodrigues ainda vivia quando ele escrevia³¹. Não ficaria todavia em Vilar o nobre e rico Afonso Nogueira que, usando inteira liberdade (a decantada liberdade, característica deste instituto), «se retornou ao mundo». É deveras curioso verificar a forma como, recorrendo a aspectos particularíssimos de impressivos testemunhos por si ouvidos, Paulo de Portalegre aproveita para, mais uma vez e sempre - mas com certa crueza -, dos factos extrair lições de vida, das quais, por certo, o auditório conventual não se esqueceria facilmente, desta feita sobre as riquezas e o estado eclesiástico:

«... se retornou ao mundo, sempre però vivendo honesta e exemplar vida; depois foi bispo de Coimbra e finalmente Arcebispo de Lisboa, sempre zelador em bem da cõgregação, e muitas vezes se querelava dizendo que mais doce achava a camisa de burel em a cõgregação que a de linho delgado, e mais lhe soião prestar as sardinhas salgadas que ora os capões e galinhas. Este assi viveu e feneceo, pero deseparado de todo o bom solaz, e roubado de todo o temporal, o qual tanto abraçou, segundo geral costume dos prelados que cõ as riquezas se abração às quais pero devião fugir, o que sem magoa não podemos dizer, nem devemos ter»³².

Paulo de Portalegre ainda conheceu o primeiro geral e fundador da ordem João Vicente, e entre o que transmite está, alegadamente, o que lhe ouviu «na ultima e virtuosa idade». Um outro «padre antigo», cuja vida e exemplo recorda, é nem mais nem menos que o seu «amado tio» Padre Baptista, mestre dos filhos do duque de Bragança, de modo que estava especialmente bem colocado para fazer o retrato dos «homens bons de Vilar».

Recorda o Padre Paulo, que estando D. João Vicente na casa de Santo Elói de

³⁰ *Novo Memorial*, fl. 29r.º

³¹ *Novo Memorial*, fl. 33r.º

³² *Novo Memorial*, fl. 28r.º

Lisboa, «des que rezava suas horas nocturnas, mais cedo que nos, que seguíamos nossa ordenança, por lhe não passar o tempo sem proveito, muitas vezes mandava chamar a mim ou algum outro cõ o qual falava spiritualmente e recontava muitas e mui proveitozas couzas (ca a sua palavra toda era chea de doctrina)». No *Novo Memorial* tratava justamente o Padre Paulo de Portalegre de recolher algumas dessas *ipsissima verba* do fundador...

Num destes colóquios, João Vicente revelou a Paulo que, na juventude, ficara marcado por um livro que nunca mais o abandonaria ao longo da vida: os *Solilóquios* de Santo Agostinho³³. Era essa uma fase marcada por uma intensa procura religiosa, alimentada ou quiça desencadeada por um emparedado que vivia «em huã cazeta pequena» junto ao mosteiro de Santa Maria da Graça, da ordem de Santo Agostinho, e que ele e alguns companheiros gostavam de ir ouvir. Fase alegadamente perturbada pela oposição familiar à sua vocação religiosa e pelas suas incumbências na corte, desde que o «Infante Duarte, regendo ja por seu pai», o tomou «por seu singular e particular fisico»³⁴.

Da corte, da real e da ducal, lhe viriam todavia os grandes apoios aos seus sonhos fundacionais... Não é dito, nem se podia dizer neste caso, que Deus escrevesse direito por linhas tortas: a coroa e a alta aristocracia eram então a alavanca de quase todas as reformas e o ponto de mais forte apoio à renovação espiritual da sociedade, pela convergência conjugada de esforços dos movimentos de observância.

Pedro Vilas Boas Tavares

³³ Não deve tratar-se dos *Solilóquios* autênticos de Santo Agostinho, mas duma obra apócrifa, de sabor agustiniano, intitulada *Soliloquia animae ad Deum*, de que se conhece uma tradução para português, do séc. XV (cf. Mário MARTINS, *Os Solilóquios e meditações do Pseudo-Agostinho em medievo-português*, in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1956, pp. 191-200.

³⁴ *Novo Memorial*, fl. 19v.º